

Diário do Legislativo de 20/09/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - Reunião de Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

2.2 - Comissão

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

5 - MANIFESTAÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA EM 18/9/2008

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Dinis Pinheiro - Adalclever Lopes - Agostinho Patrús Filho - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Célio Moreira - Dimas Fabiano - Eros Biondini - Fábio Avelar - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - Padre João - Pinduca Ferreira - Sávio Souza Cruz - Walter Tosta.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 22, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 9/9/2008

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Neider Moreira, Sargento Rodrigues, Sebastião Costa e Délio Malheiros, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada

por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.703, 2.710 e 2.721/2008 (Deputado Gilberto Abramo); 2.696, 2.704, 2.706 e 2.708/2008 (Deputado Sebastião Costa); 2.702 e 2.717/2008 (Deputado Delvito Alves); 2.695, 2.707, 2.709 e 2.719/2008 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.698, 2.705, 2.715, 2.716 e 2.718/2008 (Deputado Hely Tarquínio); 2.699, 2.700, 2.711 e 2.720/2008 (Deputado Sargento Rodrigues); 2.697 e 2.713/2008 (Deputado Neider Moreira). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Presidente informa que continua em discussão o parecer no 1º turno do relator, Deputado Hely Tarquínio, sobre o Projeto de Lei nº 899/2007, que conclui pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade na forma do Substitutivo nº 1. O Presidente informa que sobre a mesa se encontra substitutivo do Deputado Délio Malheiros, o qual foi acatado pelo relator, Deputado Hely Tarquínio. Encerrada a discussão, o Presidente submete a votação o parecer, que é aprovado. Com a palavra, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, relator do parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.684/2008, no 1º turno, emite parecer no qual conclui pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade da proposição na forma do Substitutivo nº 1. Anunciada a fase de discussão o Presidente informa que acatou o substitutivo apresentado pelo Deputado Agostinho Patrús Filho. A seguir, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Sargento Rodrigues. O Projeto de Lei nº 2.485/2008 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Sebastião Costa, aprovado pela Comissão. Os Projetos de Lei nºs 2.499 e 2.611/2008 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, aprovado pela Comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 2.556/2008 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Neider Moreira, em virtude de redistribuição); 2.612/2008 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Délio Malheiros, em virtude de redistribuição); 2.642/2008 com a Emenda nº 1 (relator: Dalmo Ribeiro Silva). Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 2.637/2008 (relator: Deputado Sargento Rodrigues, em virtude de redistribuição). São convertidos em diligência à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, ao autor e à Associação Comunidade Terapêutica "Rios de Água Viva" o Projeto de Lei nº 2.700/2008; à Secretaria de Planejamento e Gestão e ao Prefeito do Município de Luz o Projeto de Lei nº 2.704/2008. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos Projetos de Lei nºs 1.096/2007, 2.510/2008 com a Emenda nº 1 e 2.687/2008 (relator: Deputado Sargento Rodrigues, em virtude de redistribuição); 2.406, 2.505, 2.513, 2.546, 2.585, 2.685, este com a Emenda nº 1, 2.689, 2.695/2008 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.464 e 2.699/2008 (relator: Deputado Sargento Rodrigues); 2.502, 2.516, 2.520/2008 (relator: Deputado Neider Moreira, em virtude de redistribuição); 2.503, 2.519, 2.539, 2.688/2008 (relator: Deputado Délio Malheiros, em virtude de redistribuição); 2.517/2008 (relator: Deputado Neider Moreira); 2.509 e 2.696/2008 (relator: Deputado Sebastião Costa). O Projeto de Lei nº 2.702/2008 é retirado da pauta por falta de pressupostos regimentais. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento que solicita seja baixado em diligência ao autor o Projeto de Lei nº 2.705/2008. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2008.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Sargento Rodrigues - Neider Moreira - Inácio Franco.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 9/9/2008

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sargento Rodrigues, Antônio Júlio (substituindo este ao Deputado Adalclever Lopes, por indicação da Liderança do PMDB) e Delvito Alves (substituindo o Deputado Leonardo Moreira, por indicação da Liderança do DEM), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e tratar de assuntos de interesse da Comissão e comunica o recebimento do seguinte ofício publicado no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: da Sra. Roberta Chaves Soares, Juíza de Direito da Comarca de Rio Vermelho (4/9/2008). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.849/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Sargento Rodrigues (2) em que solicita seja realizada visita da Comissão à cadeia pública e ao destacamento da PM do Município de Rio Vermelho, para verificar as condições de trabalho dos servidores, os equipamentos, o local e a situação da população carcerária; e em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Desembargador Sérgio Antônio de Resende, por sua posse como Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Registra-se a presença do Deputado Délio Malheiros. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2008.

Sargento Rodrigues, Presidente - Délio Malheiros - Vanderlei Miranda.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 9/9/2008

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Antônio Júlio e Ronaldo Magalhães, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Júlio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício do Sr. Ricardo Mendanha Ladeira, Diretor-Presidente da BHTRANS, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão encaminhado pelo Ofício nº 1.611/2008/SGM, publicado no "Diário do Legislativo", de 4/9/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Délio Malheiros e Antônio Júlio em que solicitam enviar ofício ao Presidente da República para que seja vetado o § 6º do art. 27 do Projeto de Lei Federal nº 3.118/2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e restringe a aplicabilidade do princípio da solidariedade entre os participantes da cadeia de consumo; Alencar da Silveira Jr. em que solicita seja encaminhada manifestação de protesto ao Presidente da Anac pela ausência de representante dessa autarquia na reunião do dia 28/8/2008, em que se discutiu a utilização do Aeroporto da Pampulha; Délio Malheiros (3) em que solicita sejam realizadas audiências públicas para discutir a prática dos chamados "leilões-menor lance único" e as suas possíveis violações ao direito do consumidor; as denúncias apresentadas pela imprensa de que postos de combustíveis, da Região Metropolitana de Belo Horizonte estariam praticando preços diferenciados na venda de combustíveis, quando se efetua pagamento em dinheiro, cheque ou cartão; o atendimento prestado pela Cemig ao consumidor nos casos de interrupção do fornecimento de energia elétrica. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2008.

Délio Malheiros, Presidente - Célio Moreira.

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 9/9/2008

Às 16 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elmiro Nascimento, Ademir Lucas, André Quintão, Inácio Franco e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elmiro Nascimento, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ademir Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.994/2008, no 1º turno (Deputado Ivair Nogueira), 2.642/2008, no 1º turno (Deputado Elmiro Nascimento) e Projeto de Lei Complementar nº 45/2008, no 1º turno (Deputado Domingos Sávio). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.642/2008 (relator: Deputado Elmiro Nascimento) com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2008.

Ivair Nogueira, Presidente - Inácio Franco - Chico Uejo - André Quintão.

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 10/9/2008

Às 9 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, João Leite, Ruy Muniz, Zé Maia e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ruy Muniz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior, Juiz Auxiliar, da Corregedoria e Diretor do Foro da Capital, publicado no "Diário do Legislativo" em 4/9/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (9), em que solicita sejam encaminhados ao Secretário de Defesa Social, à Ouvidoria do Sistema Prisional do Estado, à Secretaria Especial de Direitos Humanos e à entidade Ação dos Cristãos para a Abolição da Tortura em São Paulo pedidos de providências relativos à denúncia de tortura e maus-tratos contra os presos do Presídio Antônio Dutra Ladeira e a outras irregularidades; para solução de possíveis irregularidades e abuso de autoridade cometidas no Presídio Antônio Dutra Ladeira, com relação a denúncia de tortura e maus-tratos dado aos presos desse estabelecimento prisional; sejam encaminhados pedidos de providências ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Direitos Humanos-CAO-DH, à Corregedoria da PMMG e à Ouvidoria de Polícia do Estado, para verificarem denúncia de desaparecimento de menores em que estaria envolvidos policiais militares de Contagem; seja encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça pedido de providências com relação a denúncia apresentada nesta reunião pela Sra. Maria das Graças Dantas contra a Juíza de Direito da Comarca de Taiobeiras; e seja realizada reunião para, em audiência pública desta Comissão, com convidados que menciona, obter esclarecimentos sobre denúncia contra os dirigentes da Fumec relativa à demissão arbitrária de professores e ex-alunos dessa fundação, ocorridas desde o final de 2007; Durval Ângelo e João Leite (2), em que solicitam realização de reunião para, em audiência pública desta Comissão, ouvir o Sr. José Cleves Silva, jornalista, que alega ser vítima de perseguição; e de reunião conjunta desta Comissão e a de Saúde, com convidados que mencionam para, em audiência pública, obter esclarecimentos sobre a situação do Hospital da Polícia Civil em Belo Horizonte. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2008.

Durval Ângelo, Presidente - Vanderlei Miranda - Luiz Humberto Carneiro.

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 10/9/2008

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio, Carlos Pimenta e Doutor Rinaldo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência comunica o recebimento de ofício do Sr. Carlos Alberto Alvim, Subsecretário da Casa Civil, publicado no "Diário do Legislativo", em 4/9/2008. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 601/2007, em 2º turno (Deputado Hely Tarquínio); 2.643/2008, em turno único (Deputado Doutor Rinaldo) e 2.656/2008, em turno único (Deputado Carlos Pimenta). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.429/2008 na forma do Substitutivo nº 2 apresentado pela Comissão de Saúde e pela rejeição do Substitutivo nº 1 apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Carlos Pimenta). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.823 e 2.831/2008. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.494 e 2.580/2008. A Presidência interrompe o andamento dos trabalhos para receber os alunos da 7ª série do Colégio Santa Dorotéia em visita orientada pela ALMG. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Hely Tarquínio, em que pleiteia seja solicitado à Secretaria de Estado de Saúde o envio de nota técnica sobre a aplicabilidade do Projeto de Lei nº 601/2007, que torna obrigatório equipar com aparelho de desfibrilador cardíaco os locais, veículos e estabelecimentos que menciona; Carlos Pimenta, em que pleiteia sejam solicitadas ao Secretário de Estado de Saúde providências para se averiguar a possível utilização de microônibus da microrregião de Januária para objetivos políticos. Solicita, ainda, que esses microônibus sejam distribuídos aos respectivos Municípios. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2008.

Carlos Mosconi, Presidente - Carlos Pimenta - Doutor Rinaldo.

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 10/9/2008

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Fábio Avelar, Inácio Franco e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião

anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Celso Antônio da Silva, Prefeito de Confins, em que apresenta sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 1.444/2007, do Governador do Estado; José Roberto Mendes de Oliveira, Presidente do Conselho Consultivo do IEF, em que parabeniza esta Casa pela inclusão da Serra do Brigadeiro na condição de monumento natural; e do Sr. Vinícius Martins Ferreira, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Grande - CBH-GD1 -, solicitando a regulamentação e posterior implantação da Lei nº 17.727, de 2008, originária do Projeto de Lei nº 952/2007. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, sobre o Projeto de Lei nº 301/2007 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Fábio Avelar). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Almir Paraca em que solicita seja realizada audiência pública com o objetivo de conhecer e debater os termos do Projeto de Lei nº 2.307/2008, que altera o art. 17 da Lei nº 14.309, de 2002, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado; Alencar da Silveira Jr. em que solicita seja realizada audiência pública para debater a degradação ambiental e a descaracterização paisagística da Serra de Igarapé ou Serra da Farofa, localizada no Município de Igarapé; Inácio Franco em que solicita a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 1.970/2007, que visa a promover alterações na Lei nº 13.199, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2008.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Wander Borges - Almir Paraca.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DOS AEROPORTOS, EM 10/9/2008

Às 15h14min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar, Gustavo Valadares e Ademir Lucas (substituindo este ao Deputado Célio Moreira, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão. O Presidente declara empossado o Deputado Gustavo Valadares, como Vice-Presidente da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado o cronograma de trabalho da Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2008.

Fábio Avelar, Presidente - Gustavo Valadares - Vanderlei Jangrossi.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 22/9/2008, destinada à entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Desembargador Caio Luiz de Almeida Vieira Mello.

Palácio da Inconfidência, 19 de setembro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Cesar, Adalclever Lopes, Délio Malheiros e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/9/2008, às 9h30min, na Casa de Cultura Clara Nunes, em Caetanópolis, com a finalidade de se debater o aumento da criminalidade em Caetanópolis e Paraopeba e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 2008.

Sargento Rodrigues, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.690/2008

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria da Deputada Ana Maria Resende, o Projeto de Lei nº 2.690/2008 dispõe sobre a afixação de aviso sobre o direito do idoso a ter acompanhante nas unidades de saúde do Estado.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 22/8/2008, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Vem a matéria, preliminarmente, a esta Comissão para receber parecer sobre a sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em epígrafe pretende estabelecer a obrigatoriedade de as unidades de saúde do Estado afixarem, em local visível ao público, o seguinte aviso sobre o direito do idoso a ter acompanhante em caso de internação ou de observação: "Ao idoso internado ou em observação, é assegurado o direito a acompanhante em condições adequadas para sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico".

Alega a autora do projeto que tal direito, embora previsto no art. 16 do Estatuto do Idoso - Lei Federal nº 10.741, de 1º/10/2003 -, não tem sido assegurado pelas unidades de saúde.

Inicialmente, cabe-nos informar que, no plano nacional, a política de atenção ao idoso é disciplinada na Lei nº 8.842, de 4/1/94, que dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências, e na mencionada Lei nº 10.741, de 2003, que contém o Estatuto do Idoso. Ambos os diplomas legais regulamentam o art. 230 da Constituição da República, a seguir citado.

"Art. 230 - A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida."

No plano estadual, mencione-se, inicialmente, a Lei nº 12.666, de 4/11/97, que dispõe sobre a política estadual de amparo ao idoso.

Há, ainda, diversas leis esparsas que ampliam direitos daqueles que, durante décadas, construíram este país e agora esperam e exigem uma atenção especial da sociedade para que possam viver com dignidade, apesar dos inexoráveis efeitos do tempo sobre suas condições físicas. A título de exemplo, podemos citar a Lei nº 13.763, de 2000, que instituiu o programa de atendimento domiciliar ao idoso; a Lei nº 17.355, de 2007, que determinou a destinação de assentos nos terminais rodoviários localizados no Estado às pessoas que especifica; e, em especial, porque similar à proposição em apreço, a Lei nº 16.921, de 2007, que torna obrigatória a afixação de cartazes nos terminais rodoviários e nas estações ferroviárias contendo os termos relativos a transporte da Lei Federal nº 10.741, de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso.

Devemos reconhecer que a alegação da autora do projeto - de que a lei não é cumprida - não é uma situação extraordinária ou excepcional no quadro da efetividade das normas do ordenamento jurídico pátrio: não se pode ter a ilusão de que muitos direitos devidamente inscritos na ordem jurídica estejam implementados pelo poder público ou sejam respeitados pela sociedade. Entre o reconhecimento de determinado direito na ordem jurídica e sua implementação, há uma distância considerável, em cuja redução o Poder Legislativo tem um papel relevante, por meio, notadamente, de sua ação fiscalizadora.

Não se descarta a possibilidade de que a ordem jurídica estabeleça mecanismos que assegurem maior publicidade a determinados direitos dos cidadãos, como no caso da proposição em tela, embora não se deva desconsiderar o fato de que o excesso de comandos desta natureza compromete a sua própria eficácia: uma grande quantidade de cartazes anunciando os direitos dos usuários nas paredes das repartições públicas poderá comprometer o destaque que se pretendeu dar a cada um deles. Por isto, o legislador deve ser parcimonioso na adoção desse tipo de comando.

Sob o ponto de vista jurídico-constitucional, que é próprio desta Comissão, cabe-nos verificar a existência de justificação para se dar maior publicidade ao direito em questão, e não, a outros, carentes igualmente de efetividade. Encontramos essa justificação no fato de que os beneficiários da norma, além de idosos, são comumente pessoas de baixa renda, que não dispõem de planos de saúde privados e, via de regra, não têm acesso adequado a informações.

Por razões de técnica legislativa, parece-nos mais adequado inserir o comando constante da proposição em apreço na Lei nº 12.666, de 4/11/97, que dispõe sobre a política estadual de amparo ao idoso e dá outras providências.

Conclusão

Pelas razões apresentadas, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.690/2008 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Altera a Lei nº 12.666, de 4 de novembro de 1997, que dispõe sobre a política estadual de amparo ao idoso e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O art. 7º da Lei nº 12.666, de 4 de novembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, transformando-se o parágrafo único em § 1º:

"Art. 7º - (...)

(...)

§ 2º - As unidades de saúde do Estado ficam obrigadas a afixar, em local visível ao público em geral, aviso sobre o direito do idoso a ter acompanhante por ocasião da internação ou observação, com os seguintes dizeres: "Ao idoso internado ou em observação é assegurado o direito a acompanhante em condições adequadas para sua permanência no local, em tempo integral, segundo o critério médico."

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2008.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Neider Moreira, relator - Sargento Rodrigues - Inácio Franco.

CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 18/9/2008, a seguinte correspondência:

OFÍCIO Nº 22/2008

Do Sr. Elmo Braz Soares, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 102, de 2008, c/c o art. 76 da Constituição Estadual, o Relatório das Atividades do 2º trimestre de 2008 desse Tribunal. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

OFÍCIOS

Do Sr. Belarmino Lins, Presidente da Assembléia Legislativa do Amazonas, agradecendo o envio do Relatório Final da Comissão Especial da Reforma Tributária.

Do Sr. Nelson Härter, Presidente da Comissão de Economia e Desenvolvimento da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, solicitando seja informado se esta Casa já realizou debate ou instituiu comissão para tratar de questões relativas ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - Ecad.

Da Sra. Ambrosina Manoelita Vilela de Melo, Prefeita Municipal de Florestal, manifestando apoio à emenda ao Projeto de Lei nº 637/2007, apresentada pelo Deputado Fábio Avelar, que cria o ICMS Turístico. (- Anexa-se ao Projeto de Lei nº 637/2007.)

Do Sr. Paulo Bregunci, Presidente da Ruralminas, encaminhando documentação relativa à construção da Barragem de Berizal. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Do Sr. José Henrique Portugal, Vereador à Câmara Municipal de Três Pontas, agradecendo a esta Casa pela aprovação da proposta de criação da 3ª e da 4ª Varas na Comarca de Três Pontas, incluída no Projeto de Lei Complementar nº 26/2007.

Do Sr. Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário da Casa Civil, encaminhando pareceres relativos aos Projetos de Lei nºs 1.542/2007 e 2.353/2008, em atenção a pedidos da Comissão de Justiça. (- Anexem-se o ofício e os pareceres aos respectivos projetos de lei.)

Do Sr. Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário da Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.688/2008, da Comissão de Política Agropecuária.

Do Sr. César Medeiros, Diretor do Departamento de Gestão Integrada da Política, da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, encaminhando cópia de termos aditivos a convênio celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Estado. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (6), informando a liberação de recursos financeiros para o Estado. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Luiz Cláudio Monteiro Morgado, Coordenador-Geral de Finanças, Convênio e Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando cópia de termo aditivo a convênio celebrado entre esse órgão e a Emater-MG. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Luiz Felipe de Almeida Caram, Subsecretário de Vigilância em Saúde, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.382/2008, em atenção a pedido da Comissão de Justiça. (- Anexa-se ao Projeto de Lei nº 2.382/2008.)

Do Sr. Marx Fernandes dos Santos, Gerente Regional da CEF, informando a liberação de recursos financeiros do FGTS à Copasa-MG, referentes às parcelas dos contratos que menciona. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Wilma Luiza Santana, Gerente da Unidade de Orçamento e Finanças da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, informando a liberação dos recursos financeiros que menciona, referentes ao convênio firmado entre a União e o Governo do Estado, destinado ao Programa do Leite. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Sandra M. Silvestrini de Souza, Presidente do Serjusmig (2), solicitando a derrubada dos vetos aos arts. 58 e 67 do Projeto de Lei Complementar nº 26/2007. (- Anexem-se ao Veto à Proposição de Lei Complementar nº 112.)

Da Sra. Maria da Conceição Teixeira dos Santos, reiterando pedido para que seja solucionada sua situação funcional como Professora do Estado. (- À Comissão de Educação.)

Da Sra. Maria das Graças Trindade Moraes, reivindicando, em nome dos educadores em adjunção, vinculados à Secretaria de Educação, o prêmio por produtividade concedido aos demais servidores do Estado. (- À Comissão de Educação.)

De funcionários das Escolas Estaduais Professora Maricas Magalhães, de Itabira, e Abraão Lincoln, de Passos, solicitando os benefícios que mencionam para a classe de Assistentes Técnicos da Educação Básica. (- À Comissão de Educação.)

Do Sr. Wanderlino Teixeira de Carvalho, Presidente da Associação Brasileira de Agências de Regulação, encaminhando CD-Rom com toda a produção legal, técnica e científica das Agências Reguladoras de Saneamento do Brasil. (- À Comissão de Saúde.)

Do Sr. Nilson Nunes de Souza, Secretário Executivo da Associação dos Municípios da Microrregião do Baixo Jequitinhonha, informando a eleição da nova diretoria dessa Associação.

Do Sr. Osmar Sabino Dias, de São João del-Rei, solicitando seja apreciada a possibilidade de se reformular a bandeira do Estado de acordo com as especificações que menciona. (- À Comissão de Administração Pública.)

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com o Instituto Hermes Pardini pela comemoração do seu 49º aniversário (Requerimento nº 2.823/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sindicato Rural de Governador Valadares pela passagem dos 58 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.826/2008, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com o Sr. Alessandro José Rios de Carvalho pela posse como Presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios de Minas Gerais para o triênio 2008-2011, extensivo aos demais membros do Sindicato (Requerimento nº 2.836/2008, do Deputado Chico Uejo);

de congratulações com o Município de Jacutinga pelo transcurso do seu 107º aniversário (Requerimento nº 2.837/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sebrae - MG pela realização da Feira do Empreendedor (Requerimento nº 2.838/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Pará de Minas pelos 149 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.839/2008, do Deputado Inácio Franco);

de congratulações com a comunidade de Caxambu pelo transcurso do seu 107º aniversário (Requerimento nº 2.846/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso aos profissionais de Educação Física pela passagem do Dia do Profissional de Educação Física, comemorado no dia 1º de setembro (Requerimento nº 2.847/2008, da Deputada Maria Lúcia Mendonça);

de congratulações com a população de Itaúna pelo 107º aniversário do Município (Requerimento nº 2.864/2008, do Deputado Inácio Franco);

de aplauso aos policiais militares que relaciona pela atuação na operação que resultou na prisão de 10 pessoas e na apreensão de 2,7 toneladas de maconha nas cidades de Divinópolis, São Sebastião do Oeste e Juiz de Fora (Requerimento nº 2.881/2008, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais militares que menciona pela atuação na operação que resultou na apreensão de drogas na garagem de um prédio no Bairro São Mateus, em Juiz de Fora (Requerimento nº 2.882/2008, da Comissão de Segurança Pública).

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

83ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

Discursos Proferidos em 16/9/2008

O Deputado Adalclever Lopes - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para mostrar uma preocupação muito grande, Deputados João Leite, Fábio Avelar, querido amigo Pinduca, querido Deputado Inácio Franco, de Pará de Minas. Ontem, mais uma vez, o jornal "Estado de Minas" trouxe uma matéria interessante revelando os números que, muitas vezes, o consumidor não conhece, referentes ao transporte clandestino. Os acidentes com transporte clandestino de passageiros, o transporte pirata, matam cinco vezes mais que os acidentes com ônibus regulares.

Sr. Presidente, para se ter uma idéia, o transporte regular teve 269 acidentes, enquanto o clandestino, o transporte pirata, caro Deputado Carlin Moura, teve 1.373 - 269 contra 1.373. Mortos em acidentes com transporte regular: 67; mortos em transporte clandestino: 369.

A maioria dos consumidores não sabe que, enquanto o transporte regular trabalha aproximadamente com cinco motoristas por ônibus, o transporte clandestino trabalha somente com um motorista. Por exemplo, vai e volta daqui para o Jequitinhonha, Janaúba, Rubim, Pintópolis, no Norte, e Palmópolis, no Vale do Jequitinhonha, com o mesmo motorista, que chega a dirigir mais de 24 horas. Portanto, há risco iminente de acidentes.

Sr. Presidente, esses números foram mostrados pelo "Estado de Minas" com muita propriedade. Os ônibus de transporte irregular, ou seja, de transporte pirata, tiram cinco vezes mais nossos entes queridos de nossas famílias. Em 2003, 2004, 2005 e 2006 tivemos respectivamente 2.039, 3.896, 4.443 e 4.622 ocorrências. Querido Deputado Fábio Avelar, do início de 2008 até agosto deste ano, já há 3.395. Isso mostra como o transporte clandestino é perigoso. A regularidade do transporte exige seguro, fiscalização, ônibus de primeira e o número de anos que trabalhou. Hoje, no Brasil, a maioria trabalha com a maior, melhor e talvez a mais nova frota do mundo; todavia, os ônibus que eram para ser descartados estão sendo usados para fazer transporte pirata. Isso tem matado uma quantidade maior de pessoas do que em algumas guerras.

Querido Deputado Fábio Avelar, de 2.039 ocorrências em 2003, passamos para 4.691 em 2008. Isso mostra claramente a certeza da impunidade do transporte clandestino. Hoje o transporte pirata já não tem medo, porque sabe que o DER tem um número pequeno de pessoas e já não está conseguindo conter a sua sede. Cada dia aumenta mais, sem nenhum seguro nem nenhuma manutenção, com motorista despreparado e, às vezes, até alcoolizado. Há várias ocorrências e vários casos relatados de motoristas que foram presos pela lei seca.

Sr. Presidente, o número de ocorrências mostra que geralmente o transporte clandestino possui frota com idade superior à permitida pela regulamentação, o que não proporciona segurança alguma aos usuários. Os veículos e os passageiros não são segurados, Deputado Sávio

Souza Cruz. A maioria das pessoas não sabe disso e está correndo risco. Na verdade, compra a passagem pensando que o transporte é regular e, muitas vezes, está colocando seus filhos em transporte clandestino. Antes de pôr o seu filho, a sua esposa ou a sua irmã dentro de um ônibus, não analise somente o preço da passagem, que, muitas vezes, é um pouco mais barato; procure saber se o transporte é regulamentado pelo DER; se a lei permite que circule; se está com pneu careca, motorista cansado, sem fiscalização nenhuma. A perda de um filho não tem preço. Muitas vezes, a passagem é um pouco mais barata, porque não é regular nem há fiscalização. Na verdade, não há forma alguma de segurança. Todos estamos sujeitos a acidentes, mas o transporte clandestino aumenta o risco - entramos numa flecha sem saber onde parará. Esse é o maior problema do transporte clandestino, que está tomando conta do nosso Estado - aliás, hoje todo o Estado praticamente tem linha irregular de transporte pirata. Temos de fazer um esforço para resolver esse problema. É preciso que a população ajude o DER e as Polícias Rodoviárias Estadual e Federal a fiscalizar. Além disso, denuncie ao DER. Grande parte utiliza o transporte de passageiros fingindo ser de turismo, quando, na verdade, é ônibus pirata, ou seja, transporte clandestino de passageiros.

Tomem muito cuidado antes de colocarem a sua família em um ônibus como esse. Os veículos não são segurados, e não há fiscalização. O número de acidentes no transporte clandestino é de 1.373 e no transporte regular, de 269. Portanto, o risco nesse tipo de transporte é, no mínimo, 30 vezes maior do que no transporte regular. Via de regra, Sr. Presidente, os motoristas fazem uma jornada extra de 17 horas além do permitido. Eles costumam ir ao Vale do Jequitinhonha e voltar sem dormir sequer 1 ou 2 horas. No transporte regular de passageiros, o motorista chega 6 horas antes e, quando vai fazer uma viagem longa, é obrigado a dormir no mínimo 6 horas, já tendo vindo de casa após uma folga de pelo menos 48 horas.

Hoje há sede de arrecadar, há sede de fazer transporte clandestino. Entendemos que há o problema sério do desemprego. Muitas vezes essas "vans" e ônibus fingem fazer transporte turístico, mas, na verdade, não o fazem; fazem transporte pirata. Esse transporte pirata está matando, mata muito, mata mais do que guerra. Os números são claros: são 269 acidentes no transporte regular e 1.373 no clandestino.

Os pontos de embarque na Capital são conhecidos por toda a população. A fiscalização não age porque não quer. Temos hoje na Praça da Estação mais de 70 pontos de embarque de transporte clandestino. Há também pontos atrás da Rodoviária. Precisamos denunciar isso. O DER e as Polícias Rodoviárias Federal e Estadual precisam ser mais ágeis na fiscalização.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Deputado Adalclever Lopes, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo e agradecer-lhe o aparte. Gostaria de destacar a importância do assunto que V. Exa. traz para debate nesta Casa. Quero concordar, em parte, com V. Exa., mas também quero expor alguns pontos para a nossa reflexão.

Por várias vezes tivemos o surgimento e o desaparecimento do transporte dito clandestino. Evidentemente, hoje, a grave crise de desemprego que encontramos em nosso Estado e no País favorece esse tipo de atuação. No meu entendimento - acredito que esta é uma questão que deve ser aprofundada no debate -, esse espaço tem aumentado, de certa maneira, porque encontramos deficiência no transporte oficial. Digo isso porque realizamos um trabalho muito grande em algumas cidades próximas à região de Belo Horizonte e até mesmo na Capital. Em alguns momentos observamos que há um acúmulo muito grande de pessoas que esperam por várias e várias horas nos pontos de ônibus. Não apenas por isso, mas também pela otimização do preço da passagem e por questões de horário, as pessoas procuram agilizar as viagens por meio do transporte alternativo. Tudo isso facilita esse tipo de transporte.

Uma outra questão que deveríamos expor e também debater é relativa à falta de flexibilidade, por exemplo, na criação de novos percursos para facilitar a vida do nosso usuário. Portanto, quero cumprimentá-lo, pois acredito que é uma oportunidade muito grande para voltarmos a esse assunto, que é recorrente nesta Casa. Agora torna-se necessário aprofundarmos e expormos todas as questões que V. Exa. lança hoje, nesta tarde. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Adalclever Lopes - Obrigado, Deputado Fábio Avelar, pela grande contribuição e pelo conhecimento que demonstra não só do povo de Minas, mas também do transporte do nosso Estado.

Sr. Presidente, para encerrar, quero dizer que o povo mineiro tem de tomar muito cuidado com sua família, cuidado com seu filho, cuidado com a sua esposa, cuidado com sua mãe, não os coloquem em qualquer transporte. Esse transporte alternativo, que é pirata, mata mais do que o crime organizado. Hoje o número de mortes por dia é maior do que o do crime organizado. Na realidade, o transporte alternativo está organizado, como o crime. Hoje há transporte com rádio só para avisar aos colegas do transporte pirata que a fiscalização está atuando.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Cumprimento o meu colega, meu Líder do PMDB, Deputado Adalclever Lopes, pelo pronunciamento e pela defesa em favor da categoria que legalmente paga impostos e trabalha no transporte, cuja questão é delicada.

Conversava com meu companheiro Deputado Adalclever Lopes a respeito da clandestinidade; para ela, a lei, embora saibamos que há muitas limitações. E uma delas é que os agentes fiscalizadores podem, no máximo, multar. Eles não podem fazer nada mais do que isso.

Deputado Adalclever Lopes, nesta manhã houve nesta Casa uma audiência pública que contou com a presença de vários Deputados. O auditório estava lotado, com pessoas em pé. Discutimos a questão do vencimento do prazo dos ônibus que agora estão chegando aos 15 anos. O governo diz que esses ônibus têm de sair de circulação. Acredito até que companheiros e companheiras do transporte fretado queiram realmente livrar-se desses ônibus, mas desde que o governo lhes dê opções para adquirir novos, assim como já ocorre com as Prefeituras, com a redução de 30% nos custos. Assim, teremos, de fato, carros novos à disposição da população. Mas, repito, o governo tem de dar condições para a substituição desses ônibus antigos, ou, então, que seja sensível e mantenha para a cidade o que foi proposto, por meio de resolução da Secretaria de Transportes, à zona rural: que esse prazo seja estendido até os 25 anos. Obrigado.

O Deputado Adalclever Lopes - Obrigado, nobre amigo e colega Deputado Vanderlei Miranda. Quero novamente dizer ao povo mineiro: cuidado com sua família; cuidado com seus filhos; cuidado com sua esposa; cuidado com seus entes queridos. Transporte pirata mata. Depois que perder o seu ente querido, não há mais jeito, não há mais solução.

O transporte clandestino tem-se organizado como o crime organizado, até radiocomunicador eles possuem. Compreendo a aflição dos que trabalham no transporte irregular, radiocomunicador pirata, porque é uma opção de trabalho, mas em primeiro lugar estão a segurança e a vida dos passageiros que o utilizam e nem sequer sabem o que está acontecendo. Eles não sabem que tal ônibus não possui seguro, que o pneu não está bom e que as peças estão desgastadas, pois têm mais de 15 anos.

Para encerrar, quero deixar um apelo. Por favor, não deixe seu filho, sua esposa, sua prima, enfim, sua família viajar em um transporte pirata. Transporte pirata mata. Qual alternativa você prefere: correr como uma flecha e permitir que os seus familiares corram de 12 a 15 vezes mais risco ou transportá-los em segurança? Às vezes, 20% ou 30% a menos é como o empregado que não tem carteira assinada: não recebe nenhuma garantia. O transporte irregular não dá garantia alguma; dá, sim, insegurança, e ainda mata. Portanto, antes de deixar sua família viajar, reflita, não a deixe em perigo. Deixe-a viajar sempre com aquele que é regular e fiscalizado de acordo com as exigências da lei. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público aqui presente nas galerias e todos os mineiros que nos

acompanham pela TV Assembléia, primeiro trazemos uma boa notícia: na semana passada, o DNIT anunciou a liberação de R\$18.200.000,00 para início da pavimentação do trecho Manga-Montalvânia, no Norte de Minas. O anúncio dessa obra é um sonho de toda aquela região, pois é o único trecho da BR-135 em que não existe pavimentação. A ligação asfáltica de Itacarambi a Manga, de Manga a Montalvânia, até à divisa com a Bahia, podemos afirmar que já é uma realidade. Primeiro tivemos uma luta incansável para que o DNIT retomasse o controle daquele trecho, que, no final de 2002, foi estadualizado, com outras rodovias mineiras, pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, que repassou os recursos, mas a estrada não foi recebida, de fato, pelo Estado de Minas Gerais. Aquela região ficou na penúria por muitos anos. De 2002 a 2006, em quatro anos, não houve nenhuma obra naquele trecho. A estrada de Manga a Montalvânia chegou a ser interditada por várias vezes, e a população já era penalizada. A cidade de Montalvânia chegou a ser ilhada; para lá não iam os ônibus das empresas que atendiam à cidade, não ia o caminhão que pegava o leite dos produtores, nem a correspondência dos Correios chegava. Graças a Deus, num trabalho que fizemos em parceria com o Deputado Federal Virgílio Guimarães, conseguimos, no final de 2006, recursos para recuperação desse trecho, que foi restaurado de Itacarambi até Montalvânia. Agora há esta ótima notícia. Com a parceria e a força do Deputado Federal Virgílio Guimarães, conseguimos colocar essa obra no PAC. Agora as cidades de Manga, Montalvânia, Missões e Itacarambi comemoram o empenho dos primeiros recursos para iniciar o primeiro trecho. Estamos aguardando apenas o licenciamento ambiental, que deverá ocorrer nos próximos dias. Aguardamos que o DNIT, ainda neste mês, dê a tão sonhada ordem de serviço do trecho de Manga a Montalvânia, pondo fim a uma novela de décadas e décadas, de promessas e mais promessas.

Agradecemos o empenho e a dedicação do Deputado Federal Virgílio Guimarães, que comigo abraçou esta causa. Quero agradecer mais uma vez ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, a toda a diretoria do DNIT ter atendido ao nosso pleito, e especialmente ao Presidente Lula, que tem feito a diferença, recuperando a credibilidade do Brasil; tem possibilitado que obras tão importantes saiam do papel, e exemplo disso é a BR-135, que, após a conclusão desse trecho, vai ligar Minas Gerais ao Porto de Itaqui, no Maranhão. Essa é uma grande conquista para a nossa região, para o nosso povo e para a nossa gente. Ficam aqui, mais uma vez, os nossos agradecimentos.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para fazer um apelo a todos os órgãos do governo estadual e do governo federal que atuam no Norte de Minas, para que façamos um trabalho conjunto organizado para socorrer o povo norte-mineiro, que sofre com os efeitos da seca, que já começa a gerar grandes prejuízos para a nossa região.

Para se ter uma idéia, Montes Claros, hoje, sofre com um enorme racionamento de água. Falta água em todos os bairros da cidade. Em alguns bairros, a água chega apenas de madrugada, e por poucos minutos. A única notícia boa que temos é que o Departamento Nacional de Obras contra a Seca - DNOCS - conseguiu, nos últimos 15 dias, a primeira licença ambiental para iniciar a construção da Barragem de Congonhas. Essa obra será de fundamental importância para o desenvolvimento de Montes Claros e de várias cidades do Norte de Minas. A Barragem de Congonhas vai garantir o abastecimento de água para Montes Claros nos próximos 100 anos, além de contribuir para a regularização do Rio Congonhas e do Rio Verde Grande, atendendo a mais de 20 Municípios da nossa região. Esperamos que o DNOCS consiga mais parcerias, para que essa obra seja realizada dentro do prazo previsto. Esperamos que a Copasa entre em parceria com o DNOCS, e será a grande beneficiária, quem vai garantir o abastecimento de água de Montes Claros, onde a concessão é da Copasa. Sabemos que o Sistema Juramento, que abastece hoje Montes Claros, está mais do que no limite. Prova disso é o sofrimento da população com a falta de água em diversos bairros da cidade.

Montes Claros é uma das cidades que mais crescem em Minas Gerais. A cada ano são mais 4 mil novas ligações, e a água está diminuindo. Para que não tenhamos um colapso total de abastecimento de água em Montes Claros, capital do Norte de Minas, é preciso que haja uma ação conjunta do DNOCS e que o governo de Minas e os órgãos ambientais coloquem de lado a burocracia. É necessário que essa obra tão importante para o desenvolvimento da nossa região saia do papel. Esperamos, aliás, que o Ministério da Integração Nacional consiga colocar essa obra no PAC, para que, juntos, somando todos os esforços, possamos entregar essa obra à população de Montes Claros o mais rápido possível.

O abastecimento de água da cidade já compromete muito até o desenvolvimento da cidade. Falta água nas residências, falta água para investimento, falta água para a instalação de indústrias e para a geração de empregos.

Então, fica aqui o nosso apelo para que a Copasa seja parceira do DNOCS nessa obra, contribuindo financeiramente para a realização dela. Depois de pronta a obra, a Copasa terá que fazer investimentos na construção de adutoras.

Portanto esperamos que o DNOCS e a Copasa façam essa parceria imediatamente, a fim de que possamos dar à cidade de Montes Claros esse grande presente, que é garantir o abastecimento de água para essa cidade tão importante da nossa região para os próximos 100 anos. Da mesma forma, neste fim de semana, percorri várias comunidades rurais de vários Municípios do Norte de Minas. Ontem, em Brasília de Minas, visitei os Distritos de Vargem Grande, do Retiro, de Três Burititis e pude constatar a dificuldade de abastecimento de água naquelas localidades e em vários outros Municípios da nossa região, como em São Francisco, Varzelândia, Manga, São João da Ponte, Chapada Gaúcha, Uruçua e Salinas. Nossa região precisa, urgentemente, de um plano para acabar de vez com essa situação e aposentar o caminhão-pipa. Essas medidas paliativas que todo ano o Exército e a Copasa fazem não resolvem o problema. No ano passado, o governo do Estado anunciou a liberação de recursos para que a Ruralminas adquirisse quatro patrulhas mecanizadas para a construção de pequenas barragens no Norte de Minas. Essas máquinas até hoje não chegaram à região. Não sei qual o problema, se é a burocracia ou a falta de vontade. O importante é que, de fato, as máquinas ainda não estão trabalhando. Por isso solicitamos aqui à Ruralminas, ao governo de Minas e também ao governo federal providências. Temos ainda, no Orçamento deste ano, uma emenda de bancada aprovada, no valor de R\$180.000.000,00, para o DNOCS. Fica aqui uma sugestão para o novo coordenador daquela instituição, para que utilize partes desses recursos já previstos no Orçamento deste ano, a fim de que o DNOCS possa adquirir duas ou três patrulhas mecanizadas, com o objetivo de ajudar os Municípios na construção de barraginhas, para reter as águas da chuva, melhorando, com isso, o nosso lençol freático, recuperando as nossas nascentes, e, dessa forma, vencer a seca de maneira organizada e sustentável. Investir em caminhão-pipa e apenas em perfuração de poços é medida paliativa. Fica aqui o nosso registro para que o DNOCS, a Codevasf, o Idene, a Ruralminas e a Copasa façam o dever de casa, unindo esforços a fim de que, juntos, possamos ajudar, cada vez mais, a nossa região.

Por último, fica aqui, mais uma vez, a nossa reclamação à Cemig e o nosso pedido de providências àquela instituição. Percorrendo vários Municípios da nossa região, Deputado Carlos Pimenta, pudemos constatar que centenas de poços artesianos, equipados há mais de três anos, continuam sem funcionamento por falta de energia elétrica. É inaceitável essa situação, pois há mais de um ano temos usado essa tribuna para cobrar uma atitude da Cemig, a fim de que resolva esse problema da ligação de energia dos poços artesianos, e até hoje a maioria continua sem esse serviço.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)* - Assistia ao pronunciamento de V. Exa. do salão e quero concordar, em gênero e número, com ele, principalmente em relação aos aspectos abordados da estrada de Itacarambi-Manga-Montalvânia. É uma novela que não termina nunca. Espero que não seja mais um anúncio, por parte do DNIT, que trará esperanças e depois frustrações. Particularmente em relação a essa questão da Cemig, V. Exa. está absolutamente coberto de razão. Já fizemos uma audiência pública, já estivemos com o Governador, buscando solução para esse problema. Ele chamou o Presidente da Cemig e disse que não estava solicitando que se fizesse um estudo, mas autorizando àquela instituição a eletrificação desses poços artesianos. É inadmissível perfurar um poço artesiano e não ligá-lo, com o povo morrendo de sede na região. Quem passa pelo Norte de Minas sente um aperto no coração ao ver a situação. Trata-se de uma questão de sobrevivência. O Governador deu ordens para eletrificar. Apresentaram estudos, estiveram aqui, na Assembléia, mas a coisa não anda, Deputado Paulo. Parece que o Governador está falando para o vento. Eles têm de respeitar o Governador, em cujas palavras acreditamos. Não venham com essa história de dizer que teremos de esperar até dezembro ou até o próximo ano; afinal, tudo já tinha de estar pronto. As determinações do Governador já deveriam ter sido cumpridas. Estamos hoje enfrentando uma seca, e até parece que a Cemig não é ligada ao governo de Minas. Parece que, após a semiprivatização dessa empresa, os sócios estratégicos mandam mais que o governo de nosso Estado. V. Exa. está coberto

de razão; parabéns. Uno meus esforços e minhas palavras às de V. Exa. Espero que essa novela tenha fim, para que possamos ver em funcionamento as centenas de poços artesianos que já estão perfurados e equipados, faltando apenas a energia elétrica. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Guedes - Muito obrigado, Deputado Carlos Pimenta, por seu aparte, que vem testemunhar tudo o que estamos falando aqui, hoje, nesta tribuna. Encerro minhas palavras pedindo à Cemig que tenha compaixão de nossos companheiros do Norte de Minas. Para que tenham uma idéia, falamos de poços que foram perfurados e equipados numa época em que eu nem era Deputado ainda, Sr. Presidente. Eu era Diretor do DNOCS quando este perfurou vários poços no Norte de Minas. Em Itacambira, por exemplo, há 10 poços artesianos perfurados e equipados há três anos. O mesmo ocorre em São Francisco e região. Apelo, mais uma vez, à diretoria da Cemig, ao Presidente Djalmá Moraes, para que tome, de fato, uma providência. Parem de nos enrolar. Fica registrada essa nossa indignação relativa à eletrificação dos poços artesianos no Norte de Minas Gerais.

Por último, quero parabenizar o movimento do Sind-UTE, que está lutando por melhores salários para nossos professores e o movimento do Sind-Saúde, cujos representantes hoje ocupam nossas galerias. As reivindicações do Sind-UTE e do Sind-Saúde são de fundamental importância para as respectivas classes. Nossa Bancada está à disposição para apoiar a iniciativa de vocês. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Cumprimento o Sr. Presidente Deputado Doutor Viana, os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas, os telespectadores que nos assistem pela TV Assembléia e, especialmente, os representantes do Sind-Saúde e os servidores públicos da área da saúde, presentes hoje no Plenário desta Casa.

Sr. Presidente, o tema que me traz a esta tribuna é justamente o movimento dos servidores públicos de Minas Gerais. Este mês tem sido marcado pela luta e pela greve dos servidores públicos no Estado, por melhores condições de salários e pela denúncia das condições impostas pelo governo estadual. Chamou nossa atenção o fato de a imprensa não ter-se preocupado muito em fazer a cobertura desse movimento. Está em nossas mãos, Sr. Presidente, uma nota do Sind-Saúde, cuja leitura, na íntegra, peço licença para fazer. A nota é uma moção aos Deputados e Deputadas Estaduais de Minas Gerais. (- Lê:)

"Os servidores da saúde do Estado encontram-se revoltados e desestimulados com a política de gestão de trabalho promovida pelo Governo Aécio Neves. O reajuste salarial aprovado nesta Casa não atendeu à expectativa do servidor. A grande parcela, 68% dos trabalhadores da Secretaria de Saúde não receberam o reajuste, pois tiveram o desconto na VTI. Ou seja, a sua remuneração foi mantida, e um grande número de servidores teve a remuneração reduzida, retroativa a janeiro de 2008."

A vantagem pessoal foi substituída e compensada pelo aumento. "O mais grave, no entanto, diz respeito a um 'prêmio' pago pelo governo. O Estado pagou, neste mês de setembro, a produtividade e discriminou os servidores efetivos da Secretaria de Saúde - SES - municipalizados, que, dentro das metas estabelecidas na saúde, no atendimento primário, foram aqueles que executaram o atendimento aos usuários do SUS, dentro do previsto na Lei nº 17.600/2008, aprovada nesta Casa. Discriminaram, na saúde, aqueles que estão trabalhando em outro órgão dentro do Sistema Estadual de Saúde, bem como os ex-bolsistas de laborterapia que trabalham nas Colônias de Hanseníase da Fhemig e os contratos administrativos. O governo construiu uma produtividade discriminatória, quando vemos que servidores da Secretaria de Estado, Fhemig, Hemominas e Funed não tiveram reajuste salarial e foram também discriminados no pagamento da produtividade.

Solicitamos aos Srs. Deputados apoio, a fim de que seja agendada reunião com a Seplag para que possamos discutir essa situação na busca de uma solução, para revermos a política salarial de 'desreajuste' e estender o direito do pagamento da produtividade a todos de direito. Além disso, a Unimontes de Montes Claros encontra-se em greve, e esperamos uma solução urgente. Queremos discutir com o governo uma política que, de fato, trate de salários. Saudações sindicais, Sind-Saúde, Minas Gerais."

Sr. Presidente, o conteúdo dessa nota mostra o equívoco da política de remuneração dos servidores. Isso acontece em virtude da substituição de uma política de valorização do salário, da carreira, por uma política de prêmios de produtividade, ou seja, uma política baseada em estímulos e metas. Recentemente, vimos propagandas desse modelo, que pode ser denominado de "bom de serviço". Então se estipulam metas e prêmios de produtividade para os servidores, em vez de se estabelecer uma política global para remunerar o servidor público. Essa nota deixa claro que, com essa política de produtividade e de metas, o servidor público fica à mercê da vontade do gestor de plantão. Nesse caso, por exemplo, a política de metas não abrangeu os trabalhadores do Hemominas e os municipalizados, nem o pessoal da Colônia Santa Isabel, porque as metas ficam a critério do Executivo. Não se tem uma política transparente e definida acerca do aumento real do salário. Apenas se estipulam metas e prêmios de produtividade, e o Executivo define se o caixa irá ou não suportar isso. Dessa forma o servidor fica nas mãos do gestor, que às vezes lança mão de alguns critérios políticos. Então, conforme avaliação, alguns servidores cumprem sua meta, enquanto outros não conseguem isso. Alguns deles têm disponibilidade e condições para cumprir suas metas, enquanto outros podem encontrar dificuldades se o órgão no qual trabalham não lhes der condições para tal. Estes, então, ficarão na instabilidade. Cria-se uma ilusão, porque se substitui a política de valorização do salário do servidor público por uma política fantasiosa, ou seja, aquela que estipula metas e objetiva valorizar os que trabalham mais. Dessa forma o servidor ficará à mercê da política segundo a qual quem produzir mais ganhará mais.

O movimento dos servidores públicos da área da saúde tem toda razão porque falta uma verdadeira política de valorização dos salários dos servidores, ou seja, valorizar a política salarial. É preciso parar com essa visão neoliberal e demagógica de querer utilizar manobras contábeis, prêmios de produtividade, vantagens pessoais e abonos. Enquanto isso, o piso salarial continua baixo. E o servidor continua mal-remunerado.

No caso, quem acaba sofrendo as conseqüências dessa situação é o sistema público de saúde porque temos servidores mal- remunerados, hospitais pouco instrumentalizados. A população sofre porque o poder público não consegue valorizar o sistema público de saúde. Isso acontece porque não há valorização do sistema público de saúde sem valorização do servidor público.

Sr. Presidente, a Bancada do PT e a do PCdoB referendam a nota. Já fizemos uma solicitação junto à Seplag para marcar, o mais rápido possível, essa audiência com o Sind-Saúde. Estamos alertando a população sobre aquilo que ela vê na TV, de propaganda muito bonitinha, com a idéia de que tudo dá muito certo, de prêmio de produtividade, de modelo para incentivar a produtividade: fiquem de olho vivo com esse tipo de promessa porque, na vida real, o que acontece não é bem isso. Na vida real o que está acontecendo é a desvalorização do servidor público.

Repito: não há serviço público de qualidade sem servidor público bem-remunerado. Fica aqui o nosso registro. Mais uma vez, parabenizo e cumprimento todos os servidores da saúde e da educação que se encontram em greve no Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, nesse tempo que me falta, quero chamar atenção para um outro assunto. Ainda ontem eu estava caminhando pelas ruas do Bairro Eldorado, na cidade de Contagem, quando fui também surpreendido por aquela tempestade que anunciou o início da primavera. A tempestade foi forte, de granizo, e, sem dúvida, um pouco fora dos padrões. Durou 15 minutos, mas depois instalou-se um caos na rede de energia elétrica do Eldorado. Uma parte do bairro ficou apagada, demorou quase quatro horas para a luz voltar. Isso aconteceu também em Belo Horizonte, no Sul de Minas e em várias regiões do Estado.

As pessoas podem dizer: foi uma fatalidade da natureza. Tudo bem, pode-se dizer isso. Mas, Sr. Presidente, estamos observando que a

empresa Cemig, em nome do lucro dos seus sócios minoritários, daqueles que detêm ações na Bolsa, tem investido muito pouco na modernização da rede elétrica.

Sr. Presidente, o Bairro Eldorado, há mais de 20 anos, por exemplo, não tem a sua rede elétrica substituída. O sistema é antigo, os transformadores, o sistema de fiação, os postes. O seu sistema é arcaico, defasado. No caso, não agüenta mesmo a chuva. Quando novamente chover, a rede cairá.

A Cemig, à guisa de aumentar o lucro dos acionistas, está deixando de modernizar a rede de energia elétrica. A pretexto de aumentar os lucros dos acionistas, as equipes de plantões, especialmente para os momentos de emergência, têm sido reduzidas, ano a ano. Ela acaba não dando conta do serviço. As equipes são reduzidas para uma demanda que aumenta a cada dia.

A Cemig tem sempre batido recordes, nas Bolsas de Valores, em lucratividade. Isso não se reflete nos investimentos para a população.

Tivemos uma luta homérica para reduzir a conta de luz mais cara do Brasil e conseguimos uma redução de 17%, mas ainda é uma das mais caras do País, além de ter o maior ICMS. E a qualidade dos serviços prestados pela Cemig piora a cada dia mais. A população não está vendo a empresa como uma prestadora de serviço de qualidade, como via no passado. E tudo em nome do lucro.

De forma muito correta, o Deputado Paulo Guedes falou sobre a ligação dos poços artesianos no Norte de Minas. Por que a Cemig não toma essa providência? Desde o primeiro dia em que o Deputado Paulo Guedes chegou a esta Casa, há quase dois anos, nenhum poço artesiano foi ligado pela Cemig.

Minas é um dos Estados mais atrasados quanto à concretização e à conclusão do Programa Luz para Todos, cujo déficit de ligações atinge quase 55 mil residências. E a Cemig insiste na demora para fazer essas ligações. Há algo errado nessa empresa, há algo errado na sua gestão, há algo anormal acontecendo, porque a prestação do serviço não tem chegado às pessoas. Diga-se de passagem, Sr. Presidente, o custo unitário de ligação do Luz para Todos em Minas Gerais é o mais alto do Brasil, sendo, aliás, motivo de investigação do Ministério Público no passado, quando teve de reduzir os valores estipulados pelo contrato de licitação. Não me venham dizer que Minas Gerais tem dimensões territoriais diferentes do restante do País, porque há três empresas distribuidoras de energia elétrica aqui, estando as outras duas muito mais avançadas. Uma delas realizou quase 82% de ligações, e a outra, quase 100%. A Cataguazes, no Triângulo, com o mesmo território e prestando o mesmo serviço, cobra mais barato pelo serviço. E a Cemig demora a fazer as ligações. No ano passado, realizamos audiência pública, e os seus representantes disseram que agilizariam o processo e o concluiriam. Agora, afirmam que só irão concluí-lo em 2010.

Cinquenta e cinco mil pessoas têm o direito sagrado a um produto essencial à sobrevivência humana, que é o direito à luz elétrica, no Estado que é o maior produtor de energia do País. A Cemig cobra um preço absurdo no contrato de licitação do Luz para Todos, e o projeto não beneficia as pessoas, a luz não chega às suas casas. Enquanto isso, a empresa reduz servidores, não faz a substituição dos poços nem moderniza as redes. Para eles, a modernidade só serve para os lucros, para os acionistas. Para o povo, nada. Olho vivo nesse processo, porque esse modelo que estão implementando não é o melhor para o povo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, trabalhadores e trabalhadoras da área de saúde que nos acompanham das galerias, telespectadores da TV Assembléia, antes de abordar o assunto que me traz aqui, gostaria de dizer que há cerca de 115 mil famílias sem luz elétrica, Deputado Carlin Moura. A maioria dos Estados está fechando a universalização da energia elétrica, e Minas Gerais está atrasada. Na verdade, quem apresentou o custo por ligação foi a Cemig, no orçamento que era igual ao da Cia. Força e Luz Cataguazes-Leopoldina, cujo valor era de R\$6.000,00. No pagamento final, todas ficaram aquém, e a Cemig pagou R\$10.000,00 por ligação.

É importante dizer que ela subempreitou todo esse serviço e as empresas que fizeram o serviço foram as que mais doaram dinheiro a candidatas das eleições passadas. Também é importante dizer que o então Presidente do conselho da Cemig era o Sr. Márcio Lacerda.

Quero cumprimentar os servidores da saúde e dizer que estamos solidários com eles e, lamentavelmente, sentindo-nos enganados porque, desde dezembro do ano passado, quando discutimos a situação da carreira dos trabalhadores da saúde, o que foi votado não foi cumprido. Isso acontece. Às vezes, votamos, mas as coisas não têm transparência e clareza e não conseguimos avançar.

Fizemos reuniões com a Sra. Renata Vilhena, que aprovou o que estava sendo pedido, mas depois executou de outra forma. Não houve remuneração final com reajuste, mas uma remuneração igual ou até abaixo, o que é um absurdo.

Como membro do PT, reafirmo as palavras do Deputado Carlin Moura junto à Bancada do PCdoB. Precisamos não só ser solidários, mas também reparar essa injustiça feita com esses servidores. Tenham a nossa solidariedade e o nosso compromisso de estar com vocês.

O mesmo ocorre com a educação. Foi exatamente por isso que o Deputado Paulo Guedes falou sobre os trabalhadores da educação. Estejam certos de que nunca vamos avançar em políticas públicas se não valorizarmos o trabalhador. O primeiro gesto de compromisso com a política pública, sobretudo com as políticas essenciais como a saúde e a educação, dá-se a partir do trabalhador e da trabalhadora da correspondente área.

Sr. Presidente, inscrevi-me para fazer um breve comentário em relação à Resolução nº 52, de 12/9/2008. Essa resolução só veio depois das várias mortes ocorridas no Estado, no mês passado e também neste mês. Basta relatar o acidente ocorrido no dia 2 de setembro, em que 4 pessoas morreram e 21 ficaram feridas. Trata-se de trabalhadores e trabalhadoras rurais da região de Caratinga, no Vale do Rio Doce. Houve uma colisão em uma estrada vicinal, na rodovia que liga os Municípios de Piedade e Caratinga. A batida foi entre dois veículos que levavam os trabalhadores para a lavoura de café. Um dos caminhões perdeu o freio e bateu na traseira de outro que estava com dezenas de trabalhadores, deixando 21 trabalhadores feridos e 4 mortos.

No dia 26 de agosto último, 13 trabalhadores ficaram feridos em São Sebastião do Paraíso, no Sul de Minas. Uma Kombi tombou na zona rural do Morro Vermelho. A polícia apurou que essa Kombi tinha 29 anos de uso, problema de freio e estava com quatro pessoas além da capacidade.

No dia 19 de agosto, em Santo Antônio do Amparo, no Centro-Oeste de Minas, 14 trabalhadores morreram em um acidente com um caminhão que tinha 33 anos de uso e, na sua carroceria, 32 trabalhadores. Foi 11 o número de mortos no local, fora os que vieram a morrer depois.

Ou seja, só nos meses de agosto e setembro houve tantas mortes de trabalhadores rurais. Esse decreto vem regulamentar o transporte de trabalhadores rurais, mas precisamos discuti-lo mais. Apresentei um requerimento para realização de audiência pública para discutir o transporte de trabalhadores e trabalhadoras rurais, pois não basta que haja um decreto complementando uma lei delegada, pois essa legislação

é feita totalmente à revelia da Casa e do setor de trabalhadores e empregadores. Essa situação é muito séria, pois o decreto é importante por resguardar a vida, mas, se o Estado não tiver uma linha de crédito específica para os empregadores da zona rural - os quais ajudam na produção de alimento e abastecimento local e regional, até mesmo nacional e para exportação - para modernizarem sua frota de tratores e caminhões, o decreto se inviabiliza.

De um lado, parablenizo a Setop por essa resolução, mas não pode ser vista isoladamente. Precisamos discutir um conjunto de ações, e chamo à atenção todo o povo mineiro, uma vez que estamos em ano de eleições municipais. Cada cidadão deve estar atento à ação dos candidatos no seu Município, porque a grande parte dos Municípios de Minas Gerais tem bases econômicas agrícola e pecuária. Conheço bem o Estado e sua zona rural, pois sempre faço questão de visitar as comunidades rurais, e vejo total abandono, as estradas vicinais são de péssima qualidade. Como, em um Município cuja arrecadação vem da agricultura e da pecuária, não há nenhum investimento na área rural?

Portanto, o primeiro passo é ver a proposta do candidato em termos de investimento para a agricultura, sobretudo em relação às estradas, pois é a segurança de trabalhadores rurais que está em jogo. Apenas uma resolução não resolverá a questão, precisamos estar atentos a um conjunto de ações para garantir a qualidade de vida para esses trabalhadores, já que estão excluídos de serviços essenciais, como energia elétrica, o que já foi exposto pelos Deputados que me antecederam. Estão excluídos de serviços essenciais como o saneamento, e a água vai levando doença e morte, por não haver uma política específica para a zona rural. Então, que nível de investimento estão propondo em estradas rurais?

Outro aspecto importante é a linha de crédito, a partir do governo do Estado, para os agricultores empregadores. Se fizermos um relato só dos meses de agosto e setembro, com três acidentes e mortes, veremos que se trata de veículos com quase 30 anos de uso. Não basta o Estado multar e impedir, pois deve ter uma linha de crédito específica para os empregadores do campo modernizarem sua frota.

E vemos o quanto de recursos o governo federal tem destinado a essa área, agora até mesmo para maquinário, pelo Pronaf Mais Alimento. Lembro que o Presidente Lula, sensível à questão, em uma intervenção em âmbito mundial - e sobretudo em resposta ao Presidente norte-americano, em cujo país a agricultura é altamente subsidiada e que estava alfinetando o Brasil em relação ao biocombustível -, foi muito claro ao afirmar que o que de fato coloca em crise o abastecimento é o álcool produzido a partir do milho, não da cana, que não é ameaça. Nessa linha, então, o governo federal, com o lançamento do Plano Safra - o Pronaf Mais Alimento -, tem dado a sua contribuição para garantir que a criança, o jovem, a mulher e o homem permaneçam no campo, mas com qualidade de vida.

Para isso há ainda o Luz para Todos, um programa do governo federal em parceria com os Estados, embora lamentavelmente alguns deles não venham cumprindo o seu dever de casa, caso de Minas Gerais, que há um ano não faz as ligações. Isso é um absurdo, principalmente da parte de uma empresa como a Cemig, que é referência e está presente em tantos outros Estados, mas que vem elegendo como seu objetivo principal a obtenção de lucro, sobretudo agora, que é a responsável por grande parte do fornecimento de energia no Rio de Janeiro. De qualquer forma, a Cemig não está cumprindo o seu dever de casa, que é oferecer um serviço de qualidade e a preço menor para todos os seus usuários, sobretudo para os que tanto precisam, como essas 115 mil famílias que estão reivindicando esse serviço, mas que ainda estão sem energia, com previsão de fornecimento apenas para 2010. É um absurdo, a esta altura da história, termos 115 mil famílias sem esse serviço, quando a nossa meta já deveria ser a de levar-lhes a internet e outros serviços. Como vamos garantir que o jovem fique no campo, se lá ele não pode ter televisão, geladeira e muito menos internet? Não tem jeito? Como vamos incentivar a produção de alimentos nos âmbitos local e regional, se não oferecermos esses serviços essenciais - e isso sem nem mesmo levar em conta a questão da assistência técnica?

Então, Presidente, vamos discutir esse assunto, mas neste momento quero apresentar uma emenda ao meu requerimento para que aprofundemos a discussão da Resolução nº 52, de 12/9/2008, que regulamenta a utilização dos veículos para o transporte dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Isso veio ainda em tempo, mas digo que não basta - temos de pensar na conjuntura, porque a garantia da segurança necessária e justa aos trabalhadores e trabalhadoras rurais depende de outras ações. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos que nos acompanham na Assembléia ou que nos acompanham pela TV Assembléia, boa tarde. De modo especial, quero cumprimentar os servidores públicos aqui presentes, reconhecendo o seu legítimo direito de manifestação e a causa extremamente nobre: a busca da valorização dos servidores públicos. No final da semana passada, sexta-feira, reunimo com a liderança do Sind-UTE em Divinópolis, quando assinamos um documento manifestando o nosso compromisso de trabalhar para que as negociações não apenas estejam abertas mas sejam francas, diretas, entre o governo do Estado e a liderança dos servidores, tanto da educação quanto da saúde. Obviamente, no caso dos servidores da educação, que se busque o caminho para o cumprimento do piso salarial, de uma forma planejada, com o diálogo aberto. Acho que é consenso que todos queremos uma remuneração melhor para os servidores. Isso deve ser feito com um diálogo aberto, sincero, franco, apresentando-se, de lado a lado, as posições. Se há dificuldade de um cumprimento integral, num primeiro momento, que se faça um escalonamento, um planejamento, uma negociação. Nesse documento dos servidores da saúde, vejo um item que, na semana passada, eu incluí em ofício à Seplag, o qual entendo ser absolutamente justo e que tem de ser revisto: a questão do pagamento do prêmio de produtividade para os servidores municipalizados. O servidor municipalizado é servidor da saúde do mesmo jeito, às vezes até com uma sobrecarga mais pesada, no atendimento direto num posto de saúde, num hospital, numa estrutura de atendimento direto ao cidadão, por isso não pode nunca ser considerado menos relevante que o trabalho administrativo na Secretaria. Todos eles são importantes, então não faz sentido que o servidor municipalizado não possa também receber os mesmos benefícios de carreira, previstos, no meu entendimento, na legislação. Se houve uma falha, que ela seja corrigida o mais rápido possível. Que o servidor da saúde municipalizado também tenha esse direito, e que isso seja revisto imediatamente.

E mais: no caso da educação, parece-me que esse problema também aconteceu com alguns servidores cedidos para as Apaes. Existem servidores da educação cedidos à Apae, e, segundo me reclamou um servidor, ele não recebeu o pagamento da gratificação por produtividade. Também isso, no meu entendimento, não procede, não é justo, não é adequado. Se ele foi cedido, não significa que será penalizado por isso ou que tenha qualquer prejuízo na sua carreira.

Sr. Presidente, o tempo é curto, e não posso deixar de me manifestar sobre um outro assunto que foi objeto de vários pronunciamentos meus nesta tribuna, de duas audiências públicas que propus nesta Casa e de uma luta importante em defesa dos produtores rurais e da economia de Minas Gerais. Trata-se da - uso sempre esta expressão - famigerada zona tampão, ou área de Minas Gerais em que era proibida a exportação do gado de corte, sob o pretexto de que não estaria livre de aftosa. Sou médico-veterinário e conheço bem do que estou falando. Há cerca de 14 anos, não ocorre aftosa nessas regiões. Estou referindo-me ao Campo das Vertentes, ao Centro-Oeste e ao Sudoeste mineiro, totalizando mais de 250 Municípios. Portanto milhares e milhares de produtores e trabalhadores rurais vinham sendo prejudicados por um decreto e uma interpretação equivocados do Ministério da Agricultura e, conseqüentemente, da Comunidade Econômica Européia, que é a entidade que decide se aceita ou não a exportação de carne do Brasil para a Europa. Essa proibição que a CEE nos impunha fez, até hoje - só mudará agora -, com que esses produtores rurais, ao tentar vender o boi de corte, que ficou anos criando, gastando dinheiro para produzir esse animal próprio para fornecimento de carne, tivesse de se sujeitar a um preço 10% abaixo do mercado, 10% abaixo do preço praticado no Triângulo Mineiro, em São Paulo e até no Norte de Minas.

Por quê? Porque o frigorífico alega que o animal não serve para exportação e, portanto, o seu preço é menor. Venho lutando contra isso. Felizmente, no final da semana, mais precisamente na sexta-feira, o Ministério da Agricultura nos comunicou que, definitivamente, a partir desta semana, acabou essa chamada zona-tampão, ou área restrita à exportação. Isso significa que um produtor que venda uma boiada para o

abate, ou seja, frigorífico em Divinópolis, cidade onde resido, ou em Uberaba, terá competitividade. Até ontem não era assim. O nosso produtor no Centro-Oeste e no Campo das Vertentes vinha sendo explorado de maneira injusta, pois o seu animal tinha as mesmas condições sanitárias, o mesmo custo para ser produzido e uma barreira sanitária injustificada. Portanto, essa é uma luta que tivemos e que, graças a Deus, deu resultado positivo.

Agora temos outra luta: melhorar a situação para o produtor de leite. Há um projeto de minha autoria tramitando para melhorar o crédito de ICMS para o produtor de leite. Melhorando esse crédito, ajudaremos não somente ele, mas também a indústria de laticínios e as cooperativas. No momento de ele pagar o ICMS, compensará com aquele crédito presumido. Por que um crédito presumido? Porque, para produzir leite, comprou ração e medicamentos e pagou ICMS de tudo isso. Então, tem de apropriar-se desse crédito para descontar no momento de pagar o ICMS ao vender o leite, o queijo. Esse equilíbrio é fundamental. Um litro de leite é caro para ser produzido. Às vezes alguns centavos, para o pequeno produtor, fazem a diferença entre obter pequeno lucro ou ter prejuízo com a sua atividade.

Pela experiência que tivemos de ser Prefeito, temos sempre nos preocupado com as questões da saúde, da educação e da infra-estrutura dos Municípios. Portanto, não me esqueço das questões do produtor rural. Sem o trabalhador rural, sem o pequeno produtor de economia familiar não teríamos o leite, o queijo, o arroz e o feijão, num País onde, graças a Deus, a nossa produção de alimentos chega a exceder à demanda do consumo. Por isso, embora vivamos num País ainda com muita desigualdade, onde o produtor não ganha uma remuneração justa, somos um dos países que tem um dos menores custos de alimentação do mundo. Já tive oportunidade de visitar vários países. O que pagamos pela alimentação no Brasil é menos do que se paga em todas as outras partes do mundo. Por quê? Porque temos um produtor rural que é eficiente e trabalhador, que luta, mas que, às vezes, é explorado. Então, é preciso também lembrar desse trabalhador rural para que não falte alimento na mesa dos brasileiros.

Sr. Presidente, nosso tempo se esgotou. Agradeço-lhe a tolerância. Dirijo-me, mais uma vez, aos servidores dizendo-lhes que estaremos à disposição para ajudar no diálogo e na busca de uma solução construída pelo entendimento, que acredito ser o objetivo de todos nós. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 15/9/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr.

exonerando Francilene França Silveira do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas.

Gabinete do Deputado Antônio Genaro

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 18/9/08, que nomeou Natália Gomes da Silva para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 18/9/08, que nomeou Felipe Eduardo Gomes para o cargo de Agente de Serviços Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Marco Antônio Gomes da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Nayara de Fátima Coelho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Vanessa Gome de Rezende para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas.

Gabinete do Deputado Antônio Júlio

exonerando Andréia Eugênia Faria Nogueira do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas.

Gabinete do Deputado Chico Uejo

exonerando Laura Pereira Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Alessandra de Castro Ferreira Barreto para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Delvito Alves

exonerando Ângela Maria Lucas Lepesqueur do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

nomeando Raphaela Cristina Silva para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas.

Gabinete do Deputado Dinis Pinheiro

exonerando Camilo dos Santos do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas.

Gabinete do Deputado Durval Ângelo

exonerando Rodrigo Marzano Antunes Miranda do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas.

Gabinete do Deputado Irani Barbosa

nomeando Camilo dos Santos para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas.

Gabinete do Deputado Ivair Nogueira

exonerando Eduardo Pinho de Brito do cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado Paulo Guedes

exonerando Jirlene Vieira Lima do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Márcia Alves de Souza do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas;

exonerando Ricardo Augusto da Costa Campos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

nomeando Antenor Ricardo Gonçalves para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

nomeando Ricardo Augusto da Costa Campos para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas.

Gabinete da Deputada Rosângela Reis

exonerando Maria Aparecida Vieira do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas.

Gabinete do Deputado Zé Maia

nomeando Ivete Ângela Vaz Dantas para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou o seguinte ato:

nomeando Renata Palumbo Almeida para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Rodrigo Marzano Antunes Miranda para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Nathalia Olivia Pereira Jardim do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

exonerando Rosa Maria Batista Pereira Jardim do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Barbara Aline Correia de Souza para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Geraldo Lobo Ribeiro para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Sílvia Meire Ferreira Amorim para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Odonto Lógica Ltda. Objeto: prestação de serviços nas áreas de fisioterapia e fonoaudiologia a Deputados e ex-Deputados contribuintes do Iplemg, servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Vigência: 60 meses a partir da data da assinatura. Licitação: inexigível, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903900.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Dr. Luiz Marinho Núcleo de Cirurgia Oral e Maxifacial Ltda. Objeto: prestação de serviços nas áreas de fisioterapia e fonoaudiologia a Deputados e ex-Deputados contribuintes do Iplemg, servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Vigência: 60 meses a partir da data da assinatura. Licitação: inexigível, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903900.